

# Rumo a Manágua

Deu

7 DEZ 1987

Álvaro Valle

**E**m outro artigo, vimos como foi montado um cuidadoso esquema que nos isolará economicamente do mundo, se aprovado o atual Projeto de Constituição.

Mas os que pretendem criar a Nicarágua maior, não se estão limitando a cercear o movimento internacional de capitais. Já restringiram a entrada no país de *softwares* (programas) estrangeiros. E querem completar, por incrível que pareça, cerceando a troca de informações em nossa universidade.

Um computador, ao contrário de que muitos pensam, não é uma máquina inteligente. É apenas um aparelho que tem a capacidade de fazer opções entre duas hipóteses, armazenando uma grande quantidade de informações e processando cálculos com extraordinária velocidade. Para fazê-lo funcionar, escreve-se um programa, que é uma sucessão de ordens. Ele as executa, e apresenta o resultado de seu trabalho.

Tudo o que faz o computador, nós faríamos, mais lentamente. Ele é uma extensão nossa: aumenta nossa velocidade de cálculo e a capacidade de nossa memória. O homem não diminui e não se escraviza ao usá-lo; ao contrário, cresce e liberta-se. Consegue isso, ao redigir o programa, nova forma de expressão de sua criatividade. O computador é um mero toca-discos ou aparelho exibidor. O que vale é a música ou o filme que eles rodam.

Antes, a criatividade manifestava-se apenas pela obra literária, por músicas, pelas artes plásticas ou cênicas, pela expressão corporal. Hoje, há uma nova forma de expressão cultural: o programa. Para o mundo moderno, limitar sua circulação é o mesmo que restringir a circulação de livros ou músicas. Isso já está sendo feito, e toda uma geração sofrerá as consequências desse obscurantismo. Já nem me refiro a complicados *softwares* empresariais e industriais. Penso em nossos estudantes que, ainda que disponham de um computador, só poderão usá-lo com eficiência se seus pais viajarem e sabem onde comprar os "livros" indispensáveis para a formação moderna.

Resolvido o problema de barrar o futuro, nossos nicaraguenses deram o passo seguinte, promovendo também o isolamento em campos de ensino tradicional. Pasmem o leitor com o que vai ler. O Projeto de Constituição, em um artigo inédito em nossas constituições e nas de qualquer outro país, proíbe que se ministrem cursos no Brasil, em

qualquer nível, em outra língua que não o português, ou em línguas indígenas!

Falamos uma língua rica e bela, mas que não tem curso internacional. Hoje, universidades produzem 24 horas por dia e, infelizmente, seus trabalhos não são publicados em português. Não é exagero dizer-se que é impossível a um profissional de nível universitário ser atualizado e eficiente, sem que conheça ao menos uma língua de uso corrente. Estimular seu estudo é, então, fundamental para o futuro do país. Não há universitários holandeses, belgas, noruegueses, que não falem duas línguas estrangeiras. O mesmo se aplica a qualquer outro país desenvolvido de língua não-comum. Neste nível, a barreira dos idiomas acabou.

Estudei na Suécia e assisti à metade das aulas em alemão ou inglês. Os livros em sueco eram raros. Isso não diminui em nada a honra sueca; apenas torna sua universidade eficiente, porque utiliza os melhores mestres, sem preconceitos quanto à sua língua. Ganha o país.

Segundo o nosso Projeto de Constituição, para receber mestres estrangeiros, teremos de fazê-los aprender tupi-guarani. Chegamos a este ponto!, e não foi por descuido. Como constituinte, tentei tirar o absurdo do texto, emendando-o na subcomissão, na comissão e na Sistematização. Perdi três vezes. Quem não acreditar no pesadelo, procure o atual art. 243 do Projeto. Se aprovado na votação final, Sting poderá continuar cantando em inglês para 150 mil pessoas livres, felizmente, para ouvi-lo, mas nossos universitários estarão proibidos de ouvir cursos em inglês ou francês.

Há novos campos da ciência que nem chegaram a nosso país, e só nos podem vir por professores estrangeiros. Há hoje um intenso intercâmbio entre universidades, há professores visitantes que ministram cursos por todo o mundo. Vamos fechar-nos a este circuito, em uma ode à ignorância.

A proibição dá o grau de o quanto estamos abdicando da modernidade. Alguns a defendem, pensando no tempo da guerra, nos japoneses de São Paulo e nos alemães de Santa Catarina. Com toda a guerra, a proibição do uso de línguas estrangeiras na escola existia apenas para o curso primário. Ela acabou há exatos 42 anos, e hoje querem estender esta proibição até aos cursos de pós-graduação.

É a síndrome do isolamento, o trem em marcha acelerada para Manágua.

Álvaro Valle deputado federal, é presidente nacional do PL

JORNAL DO BRASIL